



Ministério Público  
do Estado do Amapá

Procuradoria-Geral de Justiça  
Assessoria de Planejamento e Contratações / MP-AP

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

### Edital

#### DADOS GERAIS

**OBJETO:** Aquisição de 20 unidades de placas de rede de 10GbE, destinadas à atualização (upgrade) das estações de trabalho corporativas Dell Pro Max Tower T2 FCT2250, para atender as demandas do MP-AP, de acordo com as informações, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, referente ao processo nº 20.06.0000.0004929/2026-49 - MPAP.

**Início do acolhimento das Propostas :** Dia 24/06/2026 às 08:00h  
**FIM DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** até a abertura da sessão pública.

**DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 07/07/2026 às 10:00h.  
(Horário de Brasília), no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) Sistema: Comprasnet UASG: 925037 Pregão Eletrônico: 90015/2026.

**MODO DE DISPUTA:** Aberto.  
**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço  
**PREGOEIRO DESIGNADO:** RONILDO CRISTINO DE LIMA  
**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** será exclusiva.

**CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** na internet nos sites [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) ou [www.mpap.mp.br](http://www.mpap.mp.br) (no link licitações), ou na sala do Pregoeiro/Divisão de Contratações localizada no prédio da Procuradoria Geral de Justiça – Promotor Haroldo Franco, Rua do Araxá, s/n, bairro Araxá, Macapá-AP, Cep 68.903-883; telefone 96-3198-1648 / 1652.

**Pedidos de esclarecimentos e Impugnação :** Até o dia 02/07/2026 preferencialmente pelo link [https://www.mpap.mp.br/portal\\_licitacao/](https://www.mpap.mp.br/portal_licitacao/). Obs.: Caso haja algum problema de acesso no link, o interessado poderá enviar cópia do pedido (esclarecimento ou impugnação) ao e-mail [licitacoes@mpap.mp.br](mailto:licitacoes@mpap.mp.br), conforme regras contidas no Edital.

Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados preferencialmente nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ainda ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).

Telefone em caso de dúvidas ou problemas técnicos relacionados à utilização do Portal de Compras do Governo Federal - Comprasnet : 0800-978-9001.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília (DF).



**Ministério Público**  
do Estado do Amapá

Procuradoria-Geral de Justiça

Assessoria de Planejamento e Contratações / MP-AP

## ÍNDICE

<b>1 DO EMBASAMENTO LEGAL .....</b>	<b>3</b>
<b>2 DO OBJETO .....</b>	<b>3</b>
<b>3 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>4 DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES .....</b>	<b>5</b>
<b>5 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL .....</b>	<b>5</b>
<b>6 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS .....</b>	<b>6</b>
<b>7 DO MODO DE DISPUTA ABERTO .....</b>	<b>7</b>
<b>8 DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFIC. INICIAL DAS PROP. DE PREÇOS .....</b>	<b>8</b>
<b>9. DA ETAPA DE LANCES .....</b>	<b>8</b>
<b>10 DO JULGAMENTO .....</b>	<b>9</b>
<b>11 DA HABILITAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>12 DA FASE RECURSAL .....</b>	<b>15</b>
<b>13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>14 DO PREÇO E DOTAÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>15 DAS CONDIÇÕES DO AJUSTE .....</b>	<b>16</b>
<b>16 DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAIS DE ENTREGA .....</b>	<b>17</b>
<b>17 DO RECEBIMENTO DO OBJETO .....</b>	<b>18</b>
<b>18 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....</b>	<b>18</b>
<b>19 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....</b>	<b>19</b>
<b>20 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>21</b>
<b>ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA .....</b>	<b>25</b>
<b>ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL .....</b>	
<b>ANEXO III – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR .....</b>	
<b>ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÕES .....</b>	

## PREÂMBULO

O **Ministério Público do Estado do Amapá**, com endereço no Prédio da Procuradoria Geral de Justiça – Promotor Haroldo Franco, Rua do Araxá, s/n, bairro Araxá, Macapá-AP, CEP 68.903-883, inscrito no CNPJ sob o nº 34.869.354/0001-99, isento de inscrição estadual, através de seu Pregoeiro Ronildo Cristino de Lima, designado pela Portaria nº 485/2023/SG/MP-AP, de 31 de maio de 2023, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de menor preço, objetivando a **aquisição de 20 unidades de placas de rede de 10GbE, destinadas à atualização (upgrade) das estações de trabalho corporativas Dell Pro Max Tower T2 FCT2250, para atender as demandas do MP-AP, de acordo com as informações, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, referente ao processo nº 20.06.0000.0004929/2026-49 -MPAP**, e regido, principalmente, pelos comandos legais da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Complementar nº 123/2006, Ato Normativo Nº0000016/2023-GAB/PGJ, assim como demais instrumentos normativos e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, bem como as demais condições fixadas neste edital e anexos.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>), nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado **o início da sessão às 10:00h do dia 07/07/2026**:

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site <http://www.mpap.mp.br> no link “licitações”.

**O valor total estimado para a presente licitação é de e R\$ 20.200,00**, conforme apresentado no termo de referência, contido no presente Edital. O valor total estimado é também o valor máximo aceitável conforme o contido no TR.

### 1. DO EMBASAMENTO LEGAL

**1.1.** O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Complementar nº 123/2006, Ato Normativo Nº0000016/2023-GAB/PGJ, assim como demais instrumentos normativos e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, bem como as demais condições fixadas neste edital e anexos.

## **2. DO OBJETO**

**2.1. Aquisição de 20 unidades de placas de rede de 10GbE, destinadas à atualização (upgrade) das estações de trabalho corporativas Dell Pro Max Tower T2 FCT2250, para atender as demandas do MP-AP, de acordo com as informações, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, referente ao processo nº 20.06.0000.0004929/2026-49 -MPAP.**

**2.2.** A licitação será realizada por item.

**2.3.** Deverão ser observadas as especificações e condições de fornecimento constantes do Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste edital.

## **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

### **3.1. Poderão participar da licitação as empresas que:**

**a)** atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, **desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).**

**b)** tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;

**c)** não estejam sob processo de falência;

**c.1)** É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

**d)** não tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;

**e)** não estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública;

**f)** não se enquadrem nas seguintes **vedações** de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):

**f1)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

**f2)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

**f3)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**f4)** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

**f.4.1)** As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**g)** Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição;

**3.2.** Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

**3.3.** A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada no Item I, deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

#### **4. DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES**

**4.1.** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, preferencialmente no endereço eletrônico [https://www.mpap.mp.br/portal\\_licitacao/licitacoes](https://www.mpap.mp.br/portal_licitacao/licitacoes) . Obs.: Caso haja algum problema de acesso no link, o interessado poderá enviar cópia do pedido (esclarecimento ou impugnação) pelo e-mail [licitacoes@mpap.mp.br](mailto:licitacoes@mpap.mp.br) .

**4.2.** Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

#### **5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**5.1.** Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada preferencialmente no endereço eletrônico [https://www.mpap.mp.br/portal\\_licitacao/licitacoes](https://www.mpap.mp.br/portal_licitacao/licitacoes) . Obs.: Caso haja algum problema de acesso no link, o interessado poderá enviar cópia do pedido de impugnação pelo e-mail [licitacoes@mpap.mp.br](mailto:licitacoes@mpap.mp.br).

**5.1.1.** No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

- a)** do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
- b)** do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica,

acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

**5.2.** caberá ao Pregoeiro se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;

**5.3.** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

**5.4.** A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

**5.5.** Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização de todos os interessados.

**5.6.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**5.6.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivado pela Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**5.7.** No campo de mensagens ou esclarecimentos serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que a Pregoeira julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o sistema(site) com frequência.

**5.8. O cadastro da proposta no sistema, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.**

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**6.1.** Os licitantes encaminharão exclusivamente por meio do sistema a proposta com a descrição do objeto e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema.

**6.2.** A licitante deverá indicar na sua proposta o “Valor” e “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, de forma semelhante ao estabelecido no Termo de Referência - Anexo I deste Edital e no Modelo de Proposta – Anexo II.

**6.3.** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**6.4.** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta, lances e declarações.

**6.5.** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

**6.6.** A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de objeto, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

**6.7.** Os preços informados deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários

ao fornecimento do objeto, inclusive frete.

**6.8.** O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

**6.9.** Os preços unitários e total deverão possuir até 02 (duas) casas decimais.

**6.10.** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.

**6.11.** O licitante declarado vencedor do certame deverá enviar a proposta de preços, conforme disposto no Item 9.12. deste Edital, de acordo com o Modelo que segue como Anexo II deste Edital, com todas as informações e declarações complementares ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo/função na licitante, podendo apresentar proposta ou declarações com assinatura digital conforme a legislação vigente.

**6.12.** A proposta deverá ter validade de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

## **7. DO MODO DE DISPUTA ABERTO**

**7.1.** No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

**7.1.1.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item **7.1.** acima, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**7.1.2.** Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item **7.1.1.**, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento de menor preço ou na ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**7.2.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), ao Pregoeiro, auxiliada pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos neste edital de licitação, para a definição das demais colocações.

**7.2.1.** Após o reinício de que trata o item **7.2.**, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.3.** Encerrada a etapa de que trata o item **7.2.1.**, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento de menor preço ou na ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**8.1.** Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital será iniciada automaticamente a sessão pública do pregão eletrônico.

**8.2.** A análise inicial de conformidade das propostas visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

**8.3.** Poderão ser desclassificadas, à critério do Pregoeiro, as propostas:

- a)** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
- b)** que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;
- c)** estipule preços inexequíveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente;

**8.4.** A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

**8.5.** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

**8.6.** Somente as licitantes cujas propostas forem classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

## **9. DA ETAPA DE LANCES**

**9.1.** Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de modo que a licitante visualiza imediatamente o recebimento do lance no sistema, seu registro e valor.

**9.2.** Os lances deverão ser ofertados pelo valor unitário do item.

**9.3.** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

**9.4.** A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o **intervalo mínimo de R\$ 1,00 (um real)** em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**9.5.** A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**9.6.** As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**9.7.** Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**9.7.1.** Caso a desconexão do sistema eletrônico persista por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



**9.8.** No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame licitatório, o procedimento obedecerá ao subitem a seguir:

**9.8.1.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado

**9.8.2.** Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

**9.9.** Após a etapa de lances, se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o pregoeiro poderá negociar melhores condições.

**9.10.** Quando o primeiro colocado, em que pese negociação eventualmente realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes na ordem de classificação das propostas.

**9.11.** A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.

**9.12. O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.**

**9.12.1.** O prazo estabelecido no item **9.12**, acima, é prorrogável mediante solicitação fundamentada da licitante e avaliada pelo Pregoeiro que decidirá por decisão discricionária.

**9.13.** Encerrada a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta, podendo solicitar auxílio técnico e/ou do setor demandante.

## **10. DO JULGAMENTO**

**10.1.** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO**, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.

**10.2.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, ao Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, podendo solicitar auxílio do setor técnico e/ou demandante.

**10.3** Será desclassificada a proposta apresentada que não atender aos requisitos do item **8.3**, deste Edital.

**10.4.** Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.

**10.5. O licitante melhor classificado, A CRITÉRIO DO PREGOEIRO, poderá ser convocado a apresentar no prazo previamente estipulado, durante a sessão pública virtual, MAIORES INFORMAÇÕES sobre o objeto ofertado. A empresa que não apresentar as informações dentro do prazo solicitado poderá ser desclassificada no ITEM.**

**10.6. O licitante detentor do menor preço deverá verificar se o Pregoeiro solicitou negociação no sistema, quando deverá negociar com o Pregoeiro imediatamente após a finalização da fase de lances**

## do ITEM.

**10.6.1.** Esta negociação será feita diretamente com o Pregoeiro no chat de mensagens do referido ITEM na sessão (ou campo correspondente), na qual o licitante deverá responder se aceita a redução do preço.

**10.6.2.** Caso o licitante não responda num prazo de 10 minutos (salvo se outro prazo for determinado pelo Pregoeiro), o Pregoeiro irá considerar o último preço ofertado pela licitante para o julgamento da aceitabilidade da proposta. **Caso necessário, o Pregoeiro fixará prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço, nos termos do item 10.5, acima.**

**10.7.** O Pregoeiro poderá solicitar ao representante da empresa quantas vezes forem necessárias a correção da planilha da proposta da empresa, desde que não se altere (para maior) o valor total ofertado para o ITEM. O pregoeiro poderá estipular um prazo para a correção da planilha, caso seja necessário, podendo ser desclassificada a proposta que não cumpra com o solicitado.

**10.8.** Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta encaminhar, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a proposta de preço conforme Anexo II com o valor do preço final alcançado, preenchendo a proposta de forma clara e inequívoca, sem dupla interpretação.

**10.9.** Para julgamento da proposta, o Pregoeiro poderá solicitar folder ou demais dados do objeto.

**10.10.** O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação, podendo, para tanto, solicitar que o licitante encaminhe documentos que demonstrem se a proposta é exequível.

**10.11.** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o Pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.

**10.12.** Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro à fase de habilitação.

## 11. DA HABILITAÇÃO

**11.1.** Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

**11.2.** A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.

**11.2.1.** Caso os dados e informações constantes do **SICAF** não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

**11.3.** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio poderão consultar os documentos exigidos no item 11. deste Edital por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

**11.3.1.** Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

**11.4.** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

**11.5.** O Pregoeiro fixará um prazo de no mínimo de 2 (duas) horas para a licitante, após convocação, enviar os documentos de Habilitação via sistema.

**11.6.** Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

**11.7. A habilitação se dará mediante exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:**

**11.7.1. Habilitação jurídica:**

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais Administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**11.7.2. Regularidade fiscal:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
- d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante;
- e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Certidão de Regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal;

**g) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho;**

**11.7.2.1.** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

#### **11.7.3. Qualificação econômico-financeira:**

**a)** Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

**a.1)** Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.

#### **11.7.4. Qualificação técnica:**

**a)** Comprovação de aptidão para entrega de bem de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**b)** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**c)** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**d)** As propostas apresentadas deverão ter validade mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação ou da data da sessão pública do certame, prevalecendo o que constar no edital. Durante o referido prazo, o licitante ficará vinculado às condições ofertadas, especialmente quanto a preços, prazos, especificações e demais condições comerciais.

#### **11.7.5. Outros Documentos:**

**a)** Preenchimento das declarações específicas, assinalando “sim” ou “não” nos campos próprios do sistema, nos seguintes teores:

**a.1)** Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo e atendo aos requisitos de habilitação neles estabelecidos; Obs.: Microempresas e empresas de pequeno porte podem declarar “sim” mesmo que possuam alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista;

**a.2)** Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

**a.3)** Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

**a.4)** Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

**a.5)** Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;

**a.6)** Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

**a.7)** Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

**b) Demais declarações contidas no Anexo IV do Edital**, que deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal da licitante, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

**11.8.** A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

**11.8.1.** Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

**11.8.2.** Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

**11.8.3.** Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

**11.8.4.** Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**11.8.4.1.** Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

**11.8.4.2.** Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

**11.8.5.** Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

**11.8.6.** Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

**11.8.7.** Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado, observado o disposto no art. 64, da Lei nº 14.133/2021.

**11.8.8.** O Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:

**a)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo

Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico: [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico: <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

**11.8.8.1.** As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial. Essa consulta também será feita de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**11.9.** Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

**11.10. Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.**

**11.11.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização.

**11.12.** Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à análise da documentação de habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

**11.13.** Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado.

**11.14.** Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64, da Lei nº 14.133/2021.

**11.15.** Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos, ao Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

## **12. DA FASE RECURSAL**

**12.1.** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**12.2.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de

**habilitação ou inabilitação.**

**12.3. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao recurso interposto, no prazo de três dias úteis, contados da data de intimação pessoal ou de divulgação das razões recursais, em campo próprio do sistema eletrônico.**

**12.4.** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**12.5.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

**12.6.** O recurso será dirigido ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

**12.7.** O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

**12.8.** Caso a licitante não apresente as razões do recurso no prazo legal, entender-se-á como desistência da interposição do recurso, podendo o Pregoeiro encaminhar os autos para Adjudicação e Homologação.

**12.9.** Havendo recurso e contrarrazões, o Pregoeiro deverá decidir no prazo de 3(três) dias úteis após o fim do prazo das contrarrazões.

### **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**13.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **14. DO PREÇO E DOTAÇÃO**

**14.1.** O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.

**14.2.** Esse preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pelo MP-AP, e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

**14.3.** Não haverá reajuste de preços nem atualização.

**14.4.** Os recursos necessários para suporte do contrato, serão de acordo com a SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 006212, nos elementos de despesas 339030 e 449052, do orçamento vigente.

### **15. DAS CONDIÇÕES DO AJUSTE**

**15.1.** A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante Nota de Empenho, Termo de Contrato e/ou Ata de Registro de Preços, da qual deverá constar, em anexo, todas as condições contratuais, inclusive as obrigações da contratada e contratante.

**15.2.** Para a formalização do ajuste a empresa adjudicatária do objeto da licitação deverá apresentar, dos documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitados.

**15.3.** A formalização do ajuste se dará com o recebimento da Nota de Empenho, Termo de Contrato e/ou Ata de Registro de Preços pela adjudicatária do objeto da licitação, que poderá se dar por qualquer meio devidamente comprovado.

**15.4. Caso a Nota de Empenho, Termo de Contrato e/ou Ata de Registro de Preços seja encaminhada por e-mail a empresa adjudicatária terá 03 (três) dias úteis para acusar seu recebimento da mesma forma.**

**15.4.1. A não retirada da Nota de Empenho, Termo de Contrato e/ou Ata de Registro de Preços ou o seu não recebimento no prazo estabelecido configurará recusa na contratação, incidindo as penalidades previstas neste Edital.**

**15.4.2.** O prazo para formalização do ajuste poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que por solicitação fundamentada e motivada por escrito, o qual será analisado e aceito, se for o caso, pela Administração.

**15.5.** É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.

**15.6.** Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação.

**15.7.** O aviso da nova sessão será publicado nos endereços eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e ou [www.mpap.mp.br](http://www.mpap.mp.br) (no link licitações).

**15.8.** Na sessão, o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

## **16. DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAIS DE ENTREGA**

**16.1.** O prazo de entrega do objeto contratual será o prazo declinado na proposta respeitado o limite estabelecido no Anexo I neste edital.

**16.2.** Somente serão analisados pela Administração os pedidos de prorrogação do prazo de entrega do objeto que se apresente com as condições seguintes:

**a)** até a data final prevista para a entrega; e,

**b)** instruídos com justificativas que demonstrem fato imputável exclusivamente à Administração Pública ou caso fortuito e força maior;

**16.2.1.** Os pedidos instruídos em condições diversas das previstas no subitem anterior serão indeferidos



de pronto.

**16.3.** O material/serviço deverá ser entregue de acordo com o ofertado na proposta, no local e horário discriminado no Anexo I deste Edital, correndo por conta da Contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento.

**16.4.** A documentação a ser entregue pelo fornecedor é a seguinte:

- a) Primeira Via da Nota Fiscal;
- b) Nota Fiscal Fatura;
- c) Cópia reprográfica da Nota de Empenho.

**16.4.1.** Na hipótese de existir Nota de retificação e/ou Nota Suplementar de Empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos citados.

## **17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**17.1.** O objeto será entregue pela contratada em até 30 dias sequenciais, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de fornecimento ou documento equivalente, se outro prazo não estiver estabelecido no termo de referência, no termo de contrato ou na ata de registro de preços;

**17.2.** No ato da entrega, o objeto será recebido pela Contratante, para posterior verificação do atendimento às condições deste Edital e da conformidade com a proposta, conforme estabelecido no termo de referência.

**17.2.1.** Caso seja constatado que o objeto entregue apresenta irregularidades, que não correspondam às especificações deste Edital ou não conferem com a proposta da Contratada ou estão fora dos padrões determinados, eles serão rejeitados e devolvidos, podendo a Administração rescindir a contratação ou determinar a substituição do objeto pelo correto, nos prazos e condições estabelecidos no termo de referência, no termo de contrato ou na ata de registro de preços, mantido o preço contratado e sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**17.2.2.** Caso as irregularidades digam respeito à diferença de quantidade ou de partes, a Administração poderá determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**17.2.3.** Na hipótese de complementação, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

**17.3.** O recebimento e aceite do objeto pela Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do objeto ou disparidades das especificações estabelecidas no ANEXO I, verificadas posteriormente.

## **18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**18.1.** O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento do objeto, mediante fornecimento do objeto e a entrega na Unidade Requisitante dos documentos discriminados na cláusula **16.4**

deste edital e o atestado de recebimento e aceite pelo MP-AP.

**18.2.** A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.

**18.3.** Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

**18.4.** Antes do pagamento a contratada deve comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista, da qual não poderá constar qualquer pendência.

**18.5.** Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do objeto.

**18.6.** Os pagamentos obedecerão aos atos normativos em vigor, ficando ressalvada qualquer alteração quanto às normas referentes a pagamento dos fornecedores.

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**19.1.** Nos termos da Lei nº 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial do contrato o MP-AP poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

**19.1.1.** Advertência, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

**19.1.2.** Multa: moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia, sobre o valor total do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, até o máximo de 30% (trinta por cento), que será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. 12.2.3 Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial do objeto pela CONTRATADA, que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**19.1.3.** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, bem como nas hipóteses de atos fraudulentos com o objetivo de obter vantagens indevidas;

**19.1.4.** Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Amapá, em face das infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

**19.1.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos dos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

**19.1.6.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**19.1.6.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**19.1.6.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**19.1.6.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**19.1.6.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**19.1.6.5.** Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**19.1.6.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**19.2.** A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**19.3.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**19.3.1.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**19.3.2.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**19.3.3.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes

de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**19.3.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**20.1.** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**20.2.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e do princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**20.3.** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o MP-AP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**20.4.** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

**20.5.** A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

**20.6.** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**20.7.** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

**20.8.** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

**20.9. O Pregoeiro poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.**

**20.10.** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.

**20.11.** Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

**20.12.** A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

**20.13.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais, do Estado do Amapá, disciplinando a matéria.

**20.14.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21.

**20.15.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

**20.16.** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

**20.17.** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no sítio eletrônico [www.mpap.mp.br](http://www.mpap.mp.br) (no link licitações), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

**20.18.** O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.

**20.19.** O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico: [www.mpap.mp.br](http://www.mpap.mp.br) (no link licitações).

**20.20.** As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/21.

**20.21.** Na proposta de Preços e declarações será permitida a assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Pbrasileira (ICP-Brasil), nos termos da Lei.

**20.22.** O representante da empresa deverá **ficar atento ao link de mensagens do sistema**, na qual o Pregoeiro fará solicitações referentes ao certame, e **caso não respondidas no prazo informado pelo Pregoeiro, a proposta poderá ser desclassificada ou a documentação inabilitada** (conforme o caso).

**20.23.** O Ministério Público do Estado do Amapá poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas/documentação ou para sua abertura.

**20.24.** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

**20.25.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**a)** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

**b)** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

**c)** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat” da sessão ou no link de Avisos e esclarecimentos) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório;

**d)** A convocação feita por e-mail (automaticamente pelo sistema eletrônico) dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

**20.26.** Fica desde logo esclarecido que todos os participantes deste Pregão, pelo simples fato de nele licitarem, sujeitam-se a todos os seus termos, condições, normas, especificações e detalhes, comprometendo-se a cumpri-lo fielmente, independentemente de qualquer manifestação escrita ou expressa, e que não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos art. 3º da Resolução nº 037/2009-CNMP (alterado pela Resolução nº 172/2017-CNMP) e ainda, que não tenha entre seus empregados colocados à disposição do Ministério Público para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 177/2017-CNMP.

**20.27.** Se a licitante vencedora deixar de aceitar ou não retirar a Nota de Empenho dentro de 05 dias úteis contados da data de recebimento da notificação, no prazo de convocação, e sem justificativa por escrito e aceita pelo MPAP, restará caduco o seu direito de vencedora, sujeitando-se às penalidades aludidas Título 19 deste Edital, e neste caso o objeto poderá ser negociado e adjudicado às licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**20.28.** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecimentos e análises de propostas, com vistas a aferir a exequibilidade destas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, assim como para esclarecimentos e análises de outros documentos relacionados à habilitação, inclusive para comprovação do acervo técnico, da capacidade operacional, da capacidade financeira, da estrutura física e administrativa, do estoque, etc., tudo destinado à melhor instrução do processo licitatório.

**20.29.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**20.30.** Após a abertura das propostas, o licitante não poderá alterar a marca/modelo(quando exigidas) ofertados na proposta inicial inserida no sistema, sob o risco de desclassificação.

**20.31.** As especificações técnicas da descrição do veículo contidas no Edital e anexos, servem como parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, podendo ser aceito produto de melhor qualidade desde que se demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com o Termo de Referência e com aprovação do setor requisitante do MPAP.

**20.32.** Havendo divergência, entre a especificação contida no Sistema “Compras” com a contida no Edital, por limitação do sistema eletrônico, prevalecerão as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital) e no Modelo de Proposta (Anexo II do Edital).

**20.33.** Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado do Amapá – Vara da Fazenda Pública – para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

Macapá, 17 de junho de 2026.

Elaborado por:

**MARCO ANDRÉ OLIVEIRA DE ANDRADE  
PREGOEIRO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO**



ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA

PGA: 20.06.0000.0004929/2026-49

Setor Requisitante: Divisão de Tecnologia e Informação- MPAP.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
1	Placas de rede de 10GbE	461621	20 unidades	R\$ 1.010,00	R\$ 20.200,00

**Objeto:** Aquisição de 20 unidades de placas de rede de 10GbE, destinadas à atualização (upgrade) das estações de trabalho corporativas Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Com base no Art. 6º do Ato Normativo Nº 0000007/2023-GAB/PGJ, que regulamenta o procedimento para o planejamento das licitações e contratações no âmbito do Ministério Público do Estado do Amapá, a Assessoria de Planejamento e Contratações apresenta o seguinte Termo de Referência:

**1 DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “A” e “I” DA LEI N. 14.133/2021)**

1.1 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de referência.

1.2 O custo total estimado da contratação é de R\$ **20.200,00 (vinte mil e duzentos reais)**, conforme levantamento de valores feito pela Unidade Demandante.

1.3 Da natureza do objeto: O objeto da licitação não se enquadra como bem de luxo, conforme os ditames estabelecidos no Ato Normativo nº 0000013/2023-GAB/PGJ. E tal detalhamento de informações encontra-se no Estudo Técnico Preliminar e neste TR.

1.4 A presente aquisição será feita, por modalidade **PREGÃO**, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sob a forma ELETRÔNICA e Ato Normativo Nº0000016/2023-GAB/PGJ.

1.5 Participação de Consórcios ou Empresas Estrangeiras não será permitida por se tratar de bens de baixa complexidade largamente oferecido no mercado nacional.

1.6 Tipo de licitação: Pregão eletrônico, modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

1.7 O modo disputa é ABERTO será aplicado o intervalo mínimo de 1,00 (um real) de diferença entre os lances.

1.8 Exclusividade/Benefício ME/EPP: Será adotado tratamento diferenciado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto nos Artigos 47, 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/2006. Caso não surjam empresas classificadas como ME/EPP, o objeto desta aquisição será direcionado à ampla concorrência. Pormenorizando, ME/EPP terão seus benefícios respeitados se o caso requerer.

**2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘B’ DA LEI N. 14.133/2021).**

2.1 A necessidade da contratação se encontra justificada no DFD que compõe o presente processo, que abaixo transcrevemos:

*“ A contratação de equipamentos para a infraestrutura de rede do MPAP é necessária para eliminar o gargalo operacional identificado e adequar o parque tecnológico do MPAP à plena utilização da capacidade de rede instalada.”, composta por switches Aruba, opera em 10 Gbps. Contudo, as workstations Dell Pro Max Tower T2 FCT2250 possuem interface de rede integrada limitada a 1 Gbps, gerando gargalo operacional que compromete a velocidade de transferência de dados, backups e demais operações de rede de alta demanda.O Despacho nº 0000129/2026-DSSTI confirmou a viabilidade técnica do upgrade, atestando: a) disponibilidade de slots PCIe x4 livres na placa-mãe modelo 0KR0M2; b) compatibilidade com o processador Intel Core Ultra 7 265 (20 núcleos, x64), sem risco de sobrecarga de CPU; e c) inexistência de qualquer interferência nos demais componentes.”*

2.2 A solução proposta é a aquisição de equipamentos necessários mencionados na tabela acima, devendo ser realizada de forma apropriada, justificando-se pela necessidade atual do Órgão, que decorre da constatação de que os equipamentos atualmente disponíveis apresentam limitações técnicas, desgaste natural pelo uso contínuo e, em alguns casos, encontram-se defasados tecnologicamente, o que compromete a qualidade do parque tecnológico do órgão, a agilidade dos processos de trabalho e a cobertura eficiente e com qualidade das ações institucionais.

2.3 Da natureza do objeto: O objeto da licitação não se enquadra como bem de luxo, conforme Ato Normativo nº 013/2023-GAB/PGJ, porque não ultrapassar os preceitos previstos no art. 2º, do indigitado normativo:



**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

a) que se revelar, sob os aspectos de qualidade e preço, superior ao necessário para a execução do objeto e satisfação das necessidades da Administração do MP-AP;

b) cujos padrões descritivos ultrapassam demasiadamente a necessidade essencial do bem ou serviço a ser adquirido.

2.4 Por fim, o bem que se pretende contratar tem NATUREZA COMUM, conforme prevê a Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

**3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'C')**

3.1 A Contratação consiste na pretensa aquisição de 20 unidades de placas de rede de 10GbE, destinadas à atualização (upgrade) das estações de trabalho corporativas Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

3.2 A empresa que tiver sua proposta escolhida se qualificará mediante procedimento de Pregão, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com o menor formalismo e cujo tempo necessário para processamento seja o menor possível, sob pena de prejudicar sobremaneira o interesse público primário ora tutelado.

3.3 Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no ETP e Termo de Referência, dentre os quais, estarão definidas as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

3.4 Especificações do objeto foram mencionadas no DFD e encontram-se no item requisitos deste Termo de referência.

**4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA 'D' DA LEI Nº 14.133/21)**

4.1 A presente contratação deve observar as seguintes leis e normas:

Requisito	Descrição
Conformidade Legal	Os produtos deverão possuir certificação compulsória válida emitida pelo INMETRO ou por organismo acreditado, quando aplicável, bem como atender às exigências dos órgãos reguladores competentes, conforme a natureza do objeto.
	Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública
	Ato Normativo nº 0000016/2023-GAB/PGJ

4.2 Considerações Finais

4.3 Haverá respeito às normas de privilégio para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006; e do Decreto 8.538, de 6/10/2015, já que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetiva a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

4.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5 Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor.

4.6 Sustentabilidade: Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, em observância à Instrução Normativa nº 01/2010 – MPOG/SLTI. A empresa contratada deverá realizar procedimentos que priorizem a economia da manutenção e operacionalização das atividades, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

4.7 Não é admitida a subcontratação para o fornecimento do objeto.

4.8 No tocante à Alteração Subjetiva, é admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/ou outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, mantidas as demais cláusulas e condições do contrato e, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado, havendo a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

**TERMO DE REFERÊNCIA**

4.9 Como requisito elementar, os itens deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens apropriadas e lacradas, não sendo aceitos materiais diferentes dos almejados. Os materiais deverão ser fornecidos em condições necessárias à sua perfeita utilização.

4.10 Racionalidade quanto aos bens, observando o adequado acondicionamento, preferencialmente, com a utilização de materiais recicláveis, considerando o menor volume possível nas embalagens e respectiva proteção no transporte e armazenamento.

4.11 Os bens demandam uma logística de baixa a média complexidade no envio, cujos custos de entrega até o local determinado pelo contratante devem estar inclusos no preço dos produtos.

4.12 Vistoria: Considerando que se trata de aquisição de objeto, com entrega provisória, não se aplica a vistoria antecipada

4.13 O prazo de entrega dos bens é **de 30 dias**, contados da assinatura do contrato, em remessa agendada conforme a avençado com o Órgão.

**5 ORÇAMENTO ESTIMADO, COM AS COMPOSIÇÕES DOS PREÇOS UTILIZADOS PARA SUA FORMAÇÃO (art. 18, § 1º, IV, da Lei n. 14.133/2021)**

5.1 Os detalhamentos das memórias de cálculos, acompanhada dos preços unitários referenciais que lhe dão suporte constam nos autos do presente procedimento. Constando ainda na tabela acima deste Artefato de Planejamento.

5.2 A pesquisa para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens pretendidos, consistiu na pesquisa registrada no sistema Banco de Preços, sendo ferramenta homologada que atua como meio para a coleta e parametrização automatizada de dados de certames públicos.

5.3 O relatório gerado no sistema aplicou o método estatístico regulamentar da Média Saneada das propostas finais (Metodologia TCU), definindo os seguintes parâmetros econômicos oficiais para o procedimento:

1.1 Preço Unitário Estimado: R\$ 1.010,00 por unidade.

1.2 Quantidade Demandada: 20 Unidades.

1.3 A estimativa do valor total da aquisição é **R\$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais)**

**6 MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ARTS. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” DA LEI N. 14.133/2021).**

6.1 Feita a contratação após a seleção, ocorrerá a entrega dos itens em local e prazo apontado pelo contratante, sendo então:

6.2 Prazo de entrega:

6.3 Até 30 (trinta) dias sequenciais, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

6.4 Caso haja impossibilidade no cumprimento do prazo descrito acima, a empresa deverá obrigatoriamente comunicar ao MP-AP, através do e-mail da Divisão de Material e Patrimônio ([dmpap@mpap.mp.br](mailto:dmpap@mpap.mp.br)), em até 24 horas que antecede o prazo final para entrega, eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação através de documentos.

6.5 Local, horário e endereço de entrega:

6.6 No prédio da Divisão de Material e Patrimônio - MPAP, sito na Av. Feliciano Coelho, nº 67, Trem, Macapá - AP, 68901-025.

6.7 O horário da entrega deverá ser entre 08:00 e 14:00, de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis.

6.8 Será emitida nota de empenho na totalidade do valor.

6.9 O pagamento se dará após o ateste do recebimento

**7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F” DA LEI Nº 14.133/21)**

7.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL:

7.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.3 O fornecimento dos bens deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.4 O responsável pelo recebimento do objeto anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à entrega, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.5 O recebedor do objeto informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

- 7.6 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 7.7 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão do fornecimento, e não excluindo nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120). As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.9 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa (regularidade fiscal e trabalhista, etc).
- 7.10 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 7.11 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da entrega pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.12 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.13 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 7.14 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.15 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a entrega do objeto.
- 7.16 Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar o nível de qualidade do objeto para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 7.17 O fiscal deverá apresentar à CONTRATADA a avaliação da entrega do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade.
- 7.18 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a entrega da Solução com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do fornecedor.
- 7.19 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade do funcionamento da solução em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste TERMO DE REFERÊNCIA.
- 7.20 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.21 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada: não produziu os resultados acordados; deixou de entregar o bem contratado, ou não as entregou com a qualidade mínima exigida; deixou de utilizar os materiais e/ou recursos humanos necessários para a fiel entrega, ou utilizou-os com qualidade e/ou quantidade inferior à demandada.

**8 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO, MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “G” DA LEI nº 14.133/2021)**

- 8.1 Após o recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá emitir e protocolar a nota fiscal acompanhada da regularidade fiscal e trabalhista (CND- Federal, CRF e CNDT ou SICAF), para fins de validação/atesto pelo fiscal do contrato e posterior liquidação da despesa.
- 8.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida da entrega definitiva objeto, nos termos estabelecido neste instrumento.
- 8.3 Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste TERMO DE REFERÊNCIA e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

**TERMO DE REFERÊNCIA**

- 8.4 Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 8.5 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 8.6 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.7 deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.8 Persistindo a irregularidade Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.9 o prazo de validade;
- 8.10 a data da emissão;
- 8.11 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12 o período de prestação dos serviços;
- 8.13 o valor a pagar; e
- 8.14 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.15 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 8.16 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.17 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas nesta contratação.
- 8.18 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 8.19 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 8.20 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF:
- 8.21 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 8.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1993, quando couber.
- 8.23 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 8.24 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**9 DO RECEBIMENTO**

- 9.1 DA RESPONSABILIDADE DE ACOMPANHAMENTO DO FORNECIMENTO DO BEM:
- 9.2 O recebimento dos bens físicos será realizado pelo(a) Chefe da Seção de Almoxarifado e/ou pelo(a) Chefe da Seção de Controle Patrimonial e/ou pelo(a) Gerente da Divisão de Material e Patrimônio/MP-AP, e na falta/impedimento destes(as) por outro servidor(a) designado(a) (preferencialmente da unidade demandante).
- 9.3 O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no prazo de até 5 (cinco) dias pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

- 9.4 O contratante realizará inspeção minuciosa no objeto, para fins de recebimento definitivo, no prazo de até 5 (cinco) dias do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, estando sujeita às seguintes regras:
- 9.5 Condição da embalagem dos produtos, que deve estar em perfeito estado de conservação e não violada;
- 9.6 Comparação entre a marca proposta/qualificada na licitação, e o produto entregue; sendo que somente serão aceitas marcas diferentes às cotadas nas propostas se, e somente se, os produtos entregues forem manifestamente similares ou superiores ao modelo proposto na licitação;
- 9.7 Execução de testes de funcionamento para verificar o atendimento ao estabelecido nas especificações técnicas mínimas exigidas e nas especificações em que a contratada pontuou para fins de qualificação de sua proposta, quando for o caso;
- 9.8 Concluindo-se que o produto entregue é de baixa qualidade, ou que eventual troca de marca foi solicitada por má-fé ou fraude à licitação, poderá o MP-AP aplicar as penalidades previstas em lei e/ou no Edital de licitação.
- 9.9 O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de entrega até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 9.10 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.11 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.
- 9.12 A empresa contratada deverá fornecer o material de acordo com as especificações e condições determinadas neste Termo de Referência, assim como marca e modelo conforme proposta apresentada e classificada no ato da licitação.

**10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1 A empresa contratada deverá arcar com todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento do material.
- 10.2 É de inteira responsabilidade da empresa contratada a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do objeto, cabendo efetuar o pagamento de salários e arcar com todos os encargos sociais previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, entre outras, em decorrência de sua condição de empregadora.
- 10.3 Os documentos aos quais a CONTRATADA, por si ou por seus funcionários, tiver acesso e que não forem de natureza pública, considerando-se a Lei de Acesso a Informações (Lei nº 12.527/2011), sejam eles pessoais, processuais ou Institucionais, serão criteriosamente resguardados sob sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, pelos danos causados pela divulgação não autorizada ou utilização indevida das informações
- 10.4 A CONTRATADA obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em cumprimento a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), com vista a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais a que tiver acesso em razão do vínculo contratual com o MP-AP.
- 10.5 A CONTRATADA obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Registro e Manutenção das Informações de seus empregados no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial, mantendo a regularidade das informações em conformidade com o Decreto no 8.373/2014 e demais normas relacionadas.
- 10.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), assim como substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 10.7 Comunicar ao MP-AP, através do e-mail da Divisão de Material e Patrimônio ([dmpap@mpap.mp.br](mailto:dmpap@mpap.mp.br)), no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data final para entrega, eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 10.8 Manter, durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.9 Manter contato com o Departamento de Divisão de Materiais -MPAP (96) 3198-4251 e (96) 3198-4252, ou e-mail [dmpap@mpap.mp.br](mailto:dmpap@mpap.mp.br), para prestar informações acerca da entrega dos materiais, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência e no horário entre 08:00 e 14:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis.



**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**11 OBRIGAÇÕES DO MP-AP**

11.1 Requisitar o fornecimento previsto e exigir da empresa contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionadas neste termo de referência.

11.2 Promover através dos Servidores Ministeriais o acompanhamento e fiscalização do fornecimento, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da empresa contratada.

11.3 Cumprir as regras e condições expostas neste Termo de Referência, permitindo a execução do objeto de modo eficiente, fornecendo os meios e condições para que a contratada possa executar suas obrigações.

11.4 Instruir e encaminhar o processo de pagamento, após o recebimento definitivo e, estando todas as certidões de regularidade fiscal devidamente atualizadas e válidas, num prazo máximo de 05 dias úteis após o recebimento definitivo.

**12 SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS**

12.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 12.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 12.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 12.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.2 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação a execução do contrato;

- 12.2.1 Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.2.2 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.2.2.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

- 12.2.3 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 12.2.4 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.3 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 12.3.1 Advertência;
- 12.3.2 Multa: moratória, em razão do atraso injustificado:

12.3.2.1 Multa: **moratória de 0,1% (um décimo por cento)** por dia, sobre o valor total do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, até o máximo de 30% (trinta por cento), que será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

- 12.3.3 **Multa compensatória de 5% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato, em caso de **inexecução parcial do objeto** pela CONTRATADA, que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.3.4 **Multa compensatória de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de **inexecução total do objeto**, bem como nas hipóteses de atos fraudulentos com o objetivo de obter vantagens indevidas;
- 12.3.5 Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Amapá, em face das infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021;
- 12.3.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da



ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos dos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

- 12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.4.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 12.4.2 As peculiaridades do caso concreto;
  - 12.4.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 12.4.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 12.4.5 Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
  - 12.4.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
  - 12.4.7 A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
  - 12.4.8 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
  - 12.4.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
  - 12.4.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
  - 12.4.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
  - 12.4.12 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**13 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'H', DA LEI Nº. 14.133/2021)**

- 13.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de aquisição será feita, por modalidade **PREGÃO**, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, sob a forma **ELETRÔNICA** e Ato Normativo Nº0000016/2023-GAB/PGJ.
- 13.2 Conforme disposto no o art. 54, da Lei n.º 14.133/2021, a publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**14 CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO DO EXECUTOR DOS SERVIÇOS**

- 14.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 14.2 A Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 14.3 SICAF; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- 14.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- 14.5 Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União – TCU
- 14.6 Habilitação jurídica
- 14.7 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores; (adotar este item caso se trate de contratada que possua natureza de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI).



**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

- 14.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 14.9 Regularidades Fiscal, Social e Trabalhista:
- 14.10 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 14.11 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.
- 14.12 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 14.13 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 14.14 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 14.15 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 14.16 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 14.17 Qualificação Econômico-Financeira:
- 14.16.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 14.16.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 14.17 Qualificação Técnica :
- 14.18 Comprovação de aptidão para entrega de bem de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 14.19 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 14.20 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 14.21 As propostas apresentadas deverão ter validade mínima de **90 (noventa) dias**, contados da data de sua apresentação ou da data da sessão pública do certame, prevalecendo o que constar no edital. Durante o referido prazo, o licitante ficará vinculado às condições ofertadas, especialmente quanto a preços, prazos, especificações e demais condições comerciais.

**15 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 15.1 As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do MP-AP para o ano corrente. O detalhamento da Natureza da Despesa é: 339030.

**16 ENCAMINHAMENTOS FINAIS**

- 16.1 A Assessoria de Planejamento e Contratações encaminha o presente Termo de Referência que seguirá assinado pela Equipe de Planejamento desta seleção para a devida análise a ser realizada pela Autoridade Competente.

- 16.2 Segue para apreciação do Secretário-Geral do MP-AP.

<b>Integrante Requisitante</b>	<b>Integrante Técnico</b>	<b>Integrante Administrativo</b>
<b>RODINEI SILVA DA PAIXÃO Diretor do Departamento TI</b>	<b>CHARLES BARBOSA PENANTE Gerente da Divisão de Suporte</b>	<b>RITA DE CÁCIA DA S. COELHO AMORAS Agente de Planejamento</b>





**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

16.3 Considerando a necessidade exposta no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência, conclui-se que a referida, representa um apoio relevante à continuidade das atividades do MP-AP. As assinaturas seguirão via Termo de Validação e utilizarão a ferramenta de Assinatura Digital presente no Sistema Urano.

16.4 Desta feita, aprovo o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos, e autorizo a continuidade para o rito denominado Pregão Eletrônico encaminhando à Assessoria de Planejamento e Contratações para devida sequência processual.

<b>Autoridade Competente</b>
<b>ANDRÉ LUIZ DIAS ARAÚJO</b> Secretário-Geral do MP-AP

16.5

**ANEXO I - MEMÓRIA DE CÁLCULO**

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	PREÇO PÚBLICO	PREÇO PÚBLICO	PREÇO PÚBLICO	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
1	Placas de rede de 10GbE	461621	20 unidades	R\$ 900,00	R\$ 980,00	R\$ 1.150,00	R\$ 1.010,00	R\$ 20.200,00



ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

## TERMO DE REFERÊNCIA



Ministério Público  
do Estado do Amapá  
Procuradoria-Geral de Justiça  
Assessoria de Planejamento e Contratações / MP-AP

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**  
(dados mínimos de uso obrigatório por todas as licitantes)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026/MP-AP**  
**PROCESSO: 20.06.0000.0004929//2026-49 - MPAP**

Objeto: **Aquisição de 20 unidades de placas de rede de 10GbE, destinadas à atualização (upgrade) das estações de trabalho corporativas Dell Pro Max Tower T2 FCT2250, para atender as demandas do MP-AP, de acordo com as informações, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, referente ao processo nº 20.06.0000.0004929/2026-49 -MPAP..**

A (empresa) ..... inscrita no CNPJ sob nº ..... estabelecida na....., nº ... , telefone nºs....., e-mail....., propõe fornecer o objeto licitado, nos seguintes preços e condições:

**ITEM 1 - EXCLUSIVO À ME/EPP-TOTAL: R\$**

ITEM	Especificação (Características Mínimas)	Quant	Preço Unitário	Preço Total
1	Placas de rede de 10GbE e demais especificações no Termo de Referência.	20		
Preço Total:			R\$	

- Informar na proposta:
- Preços unitários e totais relativos ao(s) item(s) cotado(s) já inclusos todos os tributos, fretes para entrega em Macapá-AP(no endereço solicitado pela administração do MPAP), seguro, inclusive instalação e assistência técnica e quaisquer outras despesas inerentes para execução do objeto conforme o Termo de Referência e anexos do Edital;
- Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias consecutivos a contar da data da sua apresentação conforme regras contidas no Edital e seus anexos. O Pregoeiro poderá solicitar correção caso a proposta contenha prazo inferior;
- Prazo de entrega: Conforme o Termo de Referência e anexos do Edital;
- Marca/modelo que atenda às especificações técnicas mínimas (conforme o Termo de Referência);
- Prazo de garantia do objeto: conforme o termo de referência e/ou minuta do contrato.
- E demais exigências contidas no Termo de Referência, podendo o Pregoeiro solicitar estes documentos complementares em qualquer fase da licitação conforme regras do Edital e legislação vigente.
- Opcional a apresentação de “FOLDERS”, ENCARTES, FOLHETOS TÉCNICOS ou CATÁLOGOS dos equipamentos/materiais ofertados, exceto se determinado no Termo de Referência.



**Procuradoria-Geral de Justiça**

Assessoria de Planejamento e Contratações / MP-AP

- **Informar Nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente da empresa, para efeito de pagamento.**

Local e data

---

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PGA: 20.06.0000.0004929/2026-49.

Setor Requisitante: Divisão de Tecnologia e Informação- MPAP.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
1	Placas de rede de 10GbE	461621	20 unidades	R\$ 1.010,00	R\$ 20.200,00

**Objeto:** Aquisição de 20 unidades de placas de rede de 10GbE, destinadas à atualização (upgrade) das estações de trabalho corporativas Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

**1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, I, da Lei n. 14.133/2021).**

1.1 Conforme descrita no DFD, que abaixo transcrevemos:

*“A contratação de equipamentos para a infraestrutura de rede do MPAP é necessária para eliminar o gargalo operacional identificado e adequar o parque tecnológico do MPAP à plena utilização da capacidade de rede instalada.”, composta por switches Aruba, opera em 10 Gbps. Contudo, as workstations Dell Pro Max Tower T2 FCT2250 possuem interface de rede integrada limitada a 1 Gbps, gerando gargalo operacional que compromete a velocidade de transferência de dados, backups e demais operações de rede de alta demanda. O Despacho nº 0000129/2026-DSSTI confirmou a viabilidade técnica do upgrade, atestando: a) disponibilidade de slots PCIe x4 livres na placa-mãe modelo 0KR0M2; b) compatibilidade com o processador Intel Core Ultra 7 265 (20 núcleos, x64), sem risco de sobrecarga de CPU; e c) inexistência de qualquer interferência nos demais componentes.*

1.2 A solução proposta é a aquisição de equipamentos necessários mencionados na tabela acima, devendo ser realizada de forma apropriada, justificando-se pela necessidade atual do Órgão, que decorre da constatação de que os equipamentos atualmente disponíveis apresentam limitações técnicas, desgaste natural pelo uso contínuo e, em alguns casos, encontram-se defasados tecnologicamente, o que compromete a qualidade do parque tecnológico do órgão, a agilidade dos processos de trabalho e a cobertura eficiente e com qualidade das ações institucionais.

1.3 Da natureza do objeto:

1.3.1 Os objetos da licitação não se enquadra como bem de luxo, conforme Ato Normativo nº 0000013/2023-GAB/PGJ, porque não ultrapassar os preceitos previstos no art. 2º, do indigitado normativo:

- a) que se revelar, sob os aspectos de qualidade e preço, superior ao necessário para a execução do objeto e satisfação das necessidades da Administração do MP-AP;
- b) cujos padrões descritivos ultrapassam demasiadamente a necessidade essencial do bem ou serviço a ser adquirido.

1.4 Por fim, o bem que se pretende contratar tem NATUREZA COMUM, conforme prevê a Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

**2 DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (art. 18, § 1º, II, da Lei n. 14.133/2021)**

2.1 Embora o Plano de Contratações Anual (PCA) tenha sido instituído para o exercício de 2026, a presente aquisição não consta em seu escopo devido à natureza excepcional e imprevista que motivou sua necessidade.

2.2 A pretensa contratação justifica-se pelos seguintes fundamentos:

a) Continuidade de Serviço Essencial: A realização de eventos e prestação de serviços à comunidade atendida é função regular das atividades institucionais do MP-AP, conforme previsto no Capítulo X, artigos 43 e 44 da Instrução Normativa 003/2010.

b) Amparo Legal: A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 18, § 1º, II, permite a contratação não prevista no PCA quando devidamente justificada por Estudo Técnico Preliminar, como é o caso, que demonstra a necessidade e relevância dos objetos para a administração pública.

2.3 Ademais, a despesa está vinculada a dotação orçamentária específica, assegurando conformidade com o princípio da legalidade orçamentária (art. 15 da Lei nº 4.320/1964) e transparência na aplicação dos recursos.

2.4 Por fim, ressalta-se que a contratação está alinhada ao interesse público primário e à eficiência administrativa (art. 37, CF/88), não havendo vedação legal para sua realização, desde que observados os critérios de planejamento e justificativa técnica, conforme exigido pela legislação vigente.

**3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, III, da Lei n. 14.133/2021)**

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

3.1 A presente contratação deve observar as seguintes leis e normas:

3.1.1 Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, Ato Normativo nº 0000016/2023-GAB/PGJ e certificação compulsória válida emitida pelo INMETRO ou por organismo acreditado, quando aplicável, bem como atender às exigências dos órgãos reguladores competentes, conforme a natureza do objeto.

3.1.2 Haverá observância ao tratamento favorecido, diferenciado e simplificado destinado às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015, especialmente quanto aos benefícios legalmente previstos e aplicáveis ao presente certame, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social, ao fortalecimento do mercado local e regional, à ampliação da eficiência das políticas públicas e ao incentivo à inovação tecnológica.

3.2 **O prazo de entrega dos bens é de 30 dias**, contados do recebimento do empenho, em remessa agendada conforme a avençado com o Órgão.

3.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pela comissão de avaliação do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar E Termo de referência.

3.4 A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

3.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.6 Manter-se, durante todo o fornecimento do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.7 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

3.8 A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei n.º 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

3.9 Todas as especificações do objeto, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

3.10 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

3.11 As especificações mencionadas no DFD, destacam que a placa de rede deverá atender, no mínimo, às seguintes características técnicas: Tipo de interface: Ethernet 10GBASE-T (10 Gbps sobre par trançado de cobre); Barramento: PCI Express (PCIe) v3.0 x4 ou superior, com extremidade aberta (open-ended), garantindo instalação física nas workstations Dell Pro Max Tower T2 FCT2250 sem necessidade de adaptações mecânicas; Porta de conexão: 1(uma) porta RJ45 com negociação automática de velocidade (10G/5G/2.5G/1G/100M); Perfil do bracket: Full-Height (perfil alto), compatível com o gabinete formato Torre das máquinas do MPAP — Dell Pro Max Tower T2 FCT2250; Padrões IEEE suportados: IEEE 802.3, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3an, IEEE 802.3az, IEEE 802.3bz, IEEE 802.3x; Compatibilidade com sistemas operacionais: Windows 10, Windows 11, Windows Server 2019 e Windows Server 2022; Suporte a recursos avançados de offload por hardware (TCP/UDP/IP checksum offload, Large Send Offload — LSO, Receive Side Scaling — RSS); Suporte a Jumbo Frames (MTU mínimo de 9.000 bytes).

3.12 **Modelos referenciais de mercado** (sem exclusividade): Intel X550-T1 ou TP-Link TX401, ou equivalentes técnicos que atendam integralmente aos requisitos acima;

3.13 As placas de rede deverão ser originais de fábrica, novas (sem uso).

3.14 Não serão aceitos produtos reconicionados, reetiquetados ou sem procedência comprovável.

3.15 Para fins de habilitação técnica do produto, o proponente deverá apresentar, juntamente com a proposta de preços: catálogo técnico oficial do fabricante do produto ofertado, com indicação do link de acesso na internet que permita a verificação online de todas as especificações técnicas, características e dados de procedência. Não serão aceitos catálogos montados pelo próprio proponente ou cujas informações não possam ser verificadas diretamente no sítio eletrônico oficial do fabricante.

3.16 A assistência técnica será prestada por meio de parceria com terceiros ou mediante deslocamento de técnicos em prazo razoável, sem exigência de instalação física prévia, para fins de suporte durante o período de garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do bem pelo MPAP.

**4 ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, IV, da Lei n. 14.133/2021)**

4.1 A estimativa das quantidades encontra-se dispostas no preâmbulo deste Estudo Técnico Preliminar.

**5 LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18, § 1º, V, da Lei n. 14.133/2021)**

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

5.1 Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento da solução exige a seleção de empresas apropriadas, cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido de licitação.

5.2 O Levantamento de mercado foi realizado com apoio da Unidade Demandante, em cumprimento às exigências de balizamento de custos da Lei Federal nº 14.133/2021, foi realizada a devida pesquisa de preços, registrada no sistema Banco de Preços, ferramenta homologada que atua como meio para a coleta e parametrização automatizada de dados de certames públicos.

5.3 A análise dos preços coletados permitiu identificar valores compatíveis com a realidade mercadológica atual, observando-se a razoabilidade, economicidade e vantajosidade para a Administração Pública, de modo a subsidiar a definição do valor estimado da contratação.

5.4 Verificou-se que os bens pretendidos são amplamente comercializados no mercado nacional, possuindo características padronizadas e especificações usuais, circunstância que favorece a competitividade e amplia a possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.5 A estimativa de preços servirá como parâmetro para a análise da aceitabilidade das propostas a serem apresentadas no procedimento licitatório, contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa, observados os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, tendo em vista que existe mercado fornecedor suficiente para atender à demanda institucional, não sendo identificados fatores que possam comprometer a competição ou a execução futura do contrato.

### 6 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, VI, da Lei n. 14.133/2021)

6.1 Os detalhamentos das memórias de cálculos, acompanhada dos preços unitários referenciais que lhe dão suporte constam nos autos do presente procedimento. Constando ainda na tabela acima deste Artefato de Planejamento.

6.2 A pesquisa para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens pretendidos, consistiu na pesquisa registrada no sistema Banco de Preços, sendo ferramenta homologada que atua como meio para a coleta e parametrização automatizada de dados de certames públicos.

6.3 O relatório gerado no sistema aplicou o método estatístico regulamentar da Média Saneada das propostas finais (Metodologia TCU), definindo os seguintes parâmetros econômicos oficiais para o procedimento:

6.4 Preço Unitário Estimado: R\$ 1.010,00 por unidade.

6.5 Quantidade Demandada: 20 Unidades.

6.6 A estimativa do valor total da aquisição é **R\$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais)**

### 7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, § 1º, VII, da Lei n. 14.133/2021):

7.1 Contratação consiste na pretensa aquisição de 20 unidades de placas de rede de 10GbE, destinadas à atualização (upgrade) das estações de trabalho corporativas Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

7.2 A empresa que tiver sua proposta escolhida se qualificará mediante procedimento de Pregão, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com o menor formalismo e cujo tempo necessário para processamento seja o menor possível, sob pena de prejudicar sobremaneira o interesse público primário ora tutelado.

7.3 Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência e demais artefatos, dentre os quais, estarão definidas as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

7.4 Especificações do objeto foram mencionadas no DFD e encontram-se no item requisitos deste Estudo prévio preliminar.

### 8 MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

8.1 O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

8.2 O Mapa de Gerenciamento de Riscos contém a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos.

8.3 Para cada risco identificado, definiu-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

8.4 Os seguintes parâmetros escalares foram utilizados para representar os níveis de probabilidade e impacto que, após a multiplicação, resultarão nos níveis de risco, que direcionarão as ações relacionadas aos riscos durante as fases de contratação (planejamento, seleção de fornecedor e gestão do contrato).

8.5 Anexo I – Mapa de Gerenciamento de Riscos:

Fase	Risco	Probabilidade	Impacto	Gravidade	Medidas de Mitigação	Responsável
Planejamento	Especificação técnica inadequada ou incompleta.	Média	Alto	Alta	Elaboração de ETP e Termo de Referência detalhados; Definição clara de especificações técnicas mínimas e	Equipe de Planejamento

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

					certificações; Revisão técnica interna.	DCT/DTI
Planejamento	Estimativa de custo subdimensionada.	Baixa	Alto	Moderada	Pesquisa de mercado abrangente ; Utilização de fontes diversas para cotação;	Equipe de Planejamento DCT/DTI
Seleção do Fornecedor (Licitação)	Ausência de licitantes qualificados.	Baixa	Alto	Moderada	Ampla divulgação do edital; Definição de requisitos de habilitação técnica e econômico-financeira compatíveis com o objeto;	Comissão de Contratação/Pregoeiro
Seleção do Fornecedor (Licitação)	Propostas com preços inexequíveis ou excessivos.	Média	Alto	Alta	Análise crítica das propostas pela Comissão/Pregoeiro; Verificação de exequibilidade conforme critérios legais; Desclassificação de propostas inadequadas.	Comissão de Contratação/Pregoeiro
Seleção do Fornecedor (Licitação)	Licitante não possui real conhecimento das condições locais.	Média	Médio	Moderada	Disponibilização de informações sobre o local.	Licitante / Comissão de Contratação
Execução - Instalação	Qualidade inferior dos equipamentos/materiais fornecidos ou da instalação.	Média	Alto	Alta	Exigência de certificações (INMETRO, IEC); Detalhamento das especificações no TR; Inspeções durante a instalação pelo Fiscal Técnico; Critérios claros para recebimento provisório e definitivo;	Contratada / Fiscal Técnico (MPAP)
Gestão Contratual (MPAP)	Fiscalização contratual ineficaz.	Baixa	Alto	Moderada	Designação formal de gestor e fiscais (técnico e administrativo) capacitados; Definição clara de papéis e responsabilidades; Plano de fiscalização; Reuniões periódicas; Registros formais.	Gestor e Fiscais (MPAP)

8.6 Fase: Indica a etapa do projeto em que o risco pode ocorrer (planejamento, contratação ou execução).

1. Risco: Descrição detalhada do risco.
2. Probabilidade: Estimativa da chance de ocorrência do risco (baixa, média ou alta).
3. Impacto: Consequências do risco para o projeto (baixo, médio ou alto).
4. Gravidade: Combinação da probabilidade e do impacto, indicando a severidade do risco.
5. Medidas de Mitigação: Ações para reduzir a probabilidade ou o impacto do risco.
6. Responsável: Pessoa ou equipe responsável por implementar as medidas de mitigação.

**9 JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO (art. 18, § 1º, VIII, da Lei n. 14.133/2021):**

9.1 Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2 Contudo, considerando os objetos da presente contratação , não haverá parcelamento da contratação.

**10 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, § 1º, IX, da Lei n. 14.133/2021):**

10.1 Por intermédio desta contratação será possível viabilizar a contratação pretendida para garantir melhores condições de trabalho à equipe da Divisão de tecnologia e informação, visando eliminar o gargalo operacional identificado e adequar o parque tecnológico do MPAP à plena utilização da capacidade de rede instalada.

**11 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 18, § 1º, X, da Lei n. 14.133/2021)**

11.1.1 Foram identificados e analisados os riscos do Planejamento da Contratação, da Seleção de Fornecedor e da Gestão de Contrato, de forma que fossem previstos e as ações fossem tomadas para evitar as ocorrências identificadas. Contudo, não há providências a serem adotadas na fase interna.

11.1.2 Logo, restou observado que inexistem providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato.

**12 CONTRATAÇÕES CORRELATAS (art. 18, § 1º, XI, da Lei n. 14.133/2021)**

12.1 Inicialmente, não foi identificado contratação correlata ou interdependente que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação, objeto do presente Estudo Técnico.

**13 IMPACTOS AMBIENTAIS e PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE (art. 18, § 1º, XII, da Lei n. 14.133/2021)**

13.1 A contratante, no intuito de reduzir os impactos ambientais de atividades essenciais para o bom funcionamento da instituição, define como estratégia de mitigação dos danos ao meio ambiente a manutenção de seus equipamentos para redução do descarte e prolongamento da vida útil.

**14 POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, XIII, da Lei n. 14.133/2021)**



ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

14.1 As experiências anteriores indicam que a contratação apresenta viabilidade e alta probabilidade de alcance dos resultados pretendidos.

14.2 Assim, após o planejamento consignado neste estudo técnico, mostra-se viável a obtenção do objeto, segundo as condições e especificações previstas neste ETP por meio de **PREGÃO** em sua forma **ELETRÔNICA**, considerando o ANEXO I deste Estudo preliminar.

14.3 As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do MP-AP para o ano corrente.

14.4 O detalhamento da Natureza da Despesa da aquisição dos itens é 339030.

**15 ENCAMINHAMENTOS FINAIS**

15.1 A Assessoria de Planejamento da Contratação foi instituída pelo artigo 1º da Lei nº 2.827 de 16 de março de 2023, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela unidade administrativa requisitante, equipe de planejamento da contratação, com a aprovação pela Autoridade Competente.

15.2 Segue para apreciação do Secretário-Geral do MP-AP.

Integrante Requisitante	Integrante Técnico	Integrante Administrativo
RODINEI SILVA DA PAIXÃO Diretor do Departamento de TI	CHARLES BARBOSA PENANTE Gerente da divisão de Suporte	RITA DE CÁCIA DA SILVA COELHO AMORAS AGENTE DE PLANEJAMENTO

15.3 De acordo.

15.4 Considerando a necessidade exposta no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a referida contratação é necessária e contribui sobremaneira à continuidade das atividades do MP-AP.

15.5 As demais questões administrativas ficarão dispostas nos demais artefatos. Sendo assim, aprovo o presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, conforme seus próprios fundamentos.

15.6 Autorizo a continuidade da instrução processual, razão pela qual encaminho à Assessoria de Planejamento e Contratações para seguimento da presente contratação.

**Autoridade Competente**

**ANDRÉ LUIZ DIAS ARAÚJO**  
SECRETÁRIO-GERAL DO MP-AP



**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**ANEXO I**

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	PREÇO PÚBLICO	PREÇO PÚBLICO	PREÇO PÚBLICO	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
1	Placas de rede de 10GbE	461621	20 unidades	R\$ 900,00	R\$ 980,00	R\$ 1150,00	R\$ 1.010,00	R\$ 20.200,00



**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**



**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**



Ministério Público  
do Estado do Amapá  
Procuradoria-Geral de Justiça  
Assessoria de Planejamento e Contratações / MP-AP

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEP. PROP. / RES. 37/2009 CNMP**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026-MPAP**  
**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA /**  
**DECLARAÇÃO REFERENTE À RESOLUÇÃO Nº 37/2009-CNMP**

\_\_\_\_\_**(representante legal da empresa)**\_\_\_\_\_, como representante devidamente constituído da empresa: \_\_\_\_\_**(empresa licitante)**\_\_\_\_\_, CNPJ: \_\_\_\_\_, doravante denominada licitante, para fins do disposto no item 2.3 do título VII do Edital do Pregão Elet. nº **015/2026**, **DECLARA**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do CPB, que:

a) A PROPOSTA apresentada para participar do presente certame, foi elaborada de maneira independente pelo Licitante/Consórcio, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa.

b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do presente certame não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame.

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame.

d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do presente certame, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação.

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do presente certame não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

**DECLARA** que não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos art. 3º da Resolução nº 037/2009-CNMP (alterado pela **Resolução** nº 172/2017-CNMP), onde prevê que é **VEDADA** “a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação”.

A vedação, conforme o §1º, “não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade” e, de acordo com o §2º, “se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização”.

**DECLARA**, ainda, estar ciente das **SANÇÕES** que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)